



Câmara Municipal

da Estância Turística de Ibitinga - SP

- Capital Nacional de

Câmara Municipal de Ibitinga
Protocolo Geral 0003158/2017
Data: 31/07/2017 Horário: 11:59
Legislativo - IND 1024/2017

INDICAÇÃO

ASSUNTO: Sugere a criação de Projeto de Lei que “Institui o Programa de Incentivo e Desconto, denominado ‘IPTU Verde’, no Município de Ibitinga e dá outras providências”.

Autoria: Vereador Tiago Piotto da Silva

Destinatário: Cristina Maria Kalil Arantes – Prefeita Municipal da Estância Turística de Ibitinga.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve requer que seja encaminhada a Senhora Cristina Maria Kalil Arantes, Prefeita Municipal da Estância Turística de Ibitinga, a sugestão de criação de Projeto Lei, conforme cópia anexa a este.

JUSTIFICATIVA: O Projeto de Lei tem por objetivo preservar, conservar e proteger o meio ambiente, através de políticas que atenuem os impactos ambientais e que promovam o desenvolvimento sustentável em Ibitinga, o que o torna essencial em tempos de superaquecimento global e a possibilidade de melhora do clima de nossa cidade. Pensando nessas finalidades o projeto de lei foi discutido em conjunto com o assessor para assuntos tributários Raphael Torrezan e os demais servidores Marina Dantas e Eduardo Seino, levantando-se as questões locais sobre o tema a fim de avançar com essa proposta em nosso município.

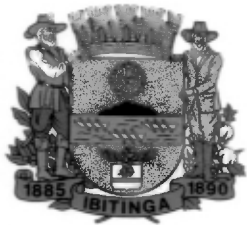
Estudos foram feitos sobre este tema, tendo sido encontradas diversas cidades que já aderiram à implantação do Programa IPTU verde. Como referência foi utilizado o município de Mauá, cuja lei serviu de embasamento para a apresentação do presente projeto em nosso município de Ibitinga, bem como serviu de fonte para alguns dados na presente justificativa.

Observamos, ao analisar o artigo 225 da Constituição Federal, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Em suma, nota-se que é dever do Poder Público zelar pelo desenvolvimento sustentável, e os municípios são primordiais nessa tarefa.

Por esta razão, a Constituinte tratou a competência de proteger o meio ambiente, as florestas, a fauna e a flora, e de combater a poluição como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o que foi devidamente contemplado no art. 23 de nossa Carta Magna, a fim de promover o desenvolvimento sustentável.

Tiago Piotto





Câmara Municipal

da Estância Turística de Ibitinga - SP

- Capital Nacional do Bordado -

A Lei Federal nº 9.795/99, em seu artigo 1º, define a educação ambiental como “o processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Portanto, não há como falar em desenvolvimento se não houver a devida sustentabilidade, motivo pelo qual é de suma importância à realização de ações e políticas que protejam nossa cidade e nossos habitantes em geral para o futuro, ainda mais em um contexto no qual as mudanças climáticas se fazem cada vez mais presentes.

Sabemos que em Ibitinga nos últimos anos, várias árvores foram cortadas, por diferentes motivos, mas a cultivação de espécies arbóreas nativas é de grande importância, principalmente para desenvolver o processo de sequestro de carbono. Portanto é essencial que seja estimulada para qualquer planejamento urbano e têm também funções importantíssimas, como propiciar sombra, purificar o ar, atrair aves, diminuir a poluição sonora, constitui fator estético e paisagístico, diminuir o impacto das chuvas, contribuir para o balanço hídrico, valorizar a qualidade de vida local e economicamente as propriedades ao entorno.

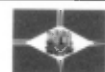
Logo, a partir dos incentivos ao uso de tecnologias sustentáveis nas edificações urbanas, a reciclagem e reuso de resíduos e materiais da construção civil, além dos estímulos ao armazenamento e reuso das águas pluviais, dentre outras medidas, busca-se contribuir para a preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, poderá se vislumbrar uma melhora da qualidade de vida da população ibitinguense.

Acreditando que, a arborização, não é obrigação exclusiva da Prefeitura, por isso buscamos através do Programa IPTU Verde, criar um instrumento de incentivo para que o cidadão puxe para si também essa responsabilidade e participe dessa solução coletiva para melhora do ar, clima e qualidade de vida em nossa cidade.

Nesta mesma linha, proporcionar aos moradores de Ibitinga, a possibilidade de abatimento no IPTU para aqueles que possuem e ou construam calçadas ecológicas no passeio, forma de colaborar com o meio ambiente e tentar reduzir os problemas de alagamento e enchentes, pois, elas facilitam a infiltração da água de chuva e contribuem com a redução da temperatura com a elevação da umidade do ar.

O IPTU Verde é uma solução adotada mundialmente em locais como Berlim, Dublin, Bogotá e por aproximadamente 55 (cinquenta e cinco) cidades brasileiras, entres estas o município de São Bernardo do Campo, que desde 2008 proporciona descontos às propriedades recobertas por vegetação. O Rio de Janeiro instituiu em 2012 um sistema de pontos que incentiva a economia e o reuso de água a diminuição de fatores que causam enchentes, além de valorizar a eficiência energética, a coleta de lixo, o combate às ilhas de calor e a redução de emissões de gases de efeito estufa. Guarulhos adotou nesta mesma linha o desconto de 5% a 20% para imóveis que tenham área verde ou adotem práticas sustentáveis, como coleta seletiva, captação de água de chuva e telhado verde. Também em 2015. Salvador passou a conceder até 10% no IPTU para quem adotar medidas sustentáveis e em Curitiba, terrenos com áreas verdes podem ter até 100% de desconto. E mais recentemente, 2017, a cidade de Mauá também sancionou a lei do IPTU verde, de onde este projeto foi inspirado.

Troy Piatto





Câmara Municipal

da Estância Turística de Ibitinga - SP

- Capital Nacional do Bordado -

Neste contexto, o Município de Ibitinga, na perspectiva de uma cidade sustentável, deve inserir na vida dos moradores da cidade, as políticas públicas estabelecidas pela Agenda 21 – um dos principais resultados da conferência Eco-92 – “Pensar globalmente e agir localmente”, que está diretamente vinculado à implementação de novas tecnologias ambientais, e estas devem ser incentivadas pela administração municipal, proposta por este Projeto de Lei.

Dessa forma, considerando a relevância ao assunto em questão, tendo em vista a finalidade socioambiental cuja matéria se destina, aguardamos que o executivo aprecie e envie para Câmara o presente Projeto de Lei, que com certeza, será benéfico para o nosso município de Ibitinga.

Sala das Sessões “Dejanir Storniolo”, 31 de julho de 2017.

Tiago Piotta da Silva
TIAGO PIOTTO DA SILVA
Vereador – REDE

Leopoldo Gabriel Benetacio de Oliveira
Vereador

A Sua Excelência o Senhor
ANTONIO ESMAEL ALVES DE MIRA
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga – SP



PROJETO DE LEI Nº: _____/2017

Institui o Programa de Incentivo e Desconto, denominado "IPTU Verde", no Município de Ibitinga e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Ibitinga o Programa "IPTU Verde", cujo objetivo é fomentar medidas que preservem, protejam e recuperem o meio ambiente, mediante a concessão de benefício tributário ao contribuinte

Art. 2º O benefício tributário de que trata esta Lei consiste na redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos proprietários de imóveis residenciais e não residenciais que adotarem as seguintes medidas:

- I- sistema de captação da água da chuva;
- II- sistema de reuso de água;
- III- sistema de aquecimento hidráulico solar;
- IV- sistema de geração de energia elétrica por meio de tecnologia de captação de energia solar;
- V- construção com materiais sustentáveis;
- VI- construção de calçadas ecológicas;
- VII- manutenção de área permeável não degradável, com cultivo de espécies arbóreas nativas e áreas com uma ou mais árvores em frente ao imóvel, e áreas com cobertura vegetal;
- VIII- instalação de telhados verdes em todos os telhados disponíveis no imóvel para este tipo de cobertura;
- IX – plantio de gramíneas nos lotes não construídos.

Art. 3º Para efeito desta Lei considere-se

I - sistema de captação da água da chuva: aquele que capta água da chuva e armazena em reservatório para utilização no próprio imóvel;

II - sistema de reuso de água: aquele utilizado após o devido tratamento da água residual do próprio imóvel, para atividades que não exijam que a mesma seja potável;

Tiago Pimenta

III - sistema de aquecimento hidráulico solar: aquele que utiliza sistema de captação de energia solar térmica para aquecimento de água, com a captação de energia solar térmica para aquecimento de água, com a finalidade de reduzir parcialmente o consumo de energia elétrica na residência;

IV - sistema de geração de energia elétrica por meio de tecnologia de captação de energia solar: aquele que utiliza sistema de captação de energia solar com conversão desta para energia elétrica na residência seguindo as normas e regulamentações da ANEEL, contribuindo com o meio ambiente por meio de geração de energia limpa e renovável;

V - construção com materiais sustentáveis: aquele que utiliza matérias que atenuem os impactos ambientais, o que deve ser comprovado mediante apresentação de selo certificado e ou mediante a apresentação de projeto estrutural e arquitetônico com laudo técnico, elaborado por profissional habilitado e aprovado pela municipalidade;

VI - calçadas ecológicas: em sua maioria, são compostas de pavimentos permeáveis com concreto e grama, faixas de gramado, jardim e árvores, como uma forma de colaborar com o meio ambiente e tentar reduzir os problemas de alagamento e enchentes, pois, elas facilitam a infiltração da águas pluviais e contribuem com a redução da temperatura com a elevação da umidade do ar.

VII- manutenção de área permeável não degradável, com cultivo de espécies arbóreas nativas e áreas com uma ou mais árvores em frente ao imóvel, e áreas com cobertura vegetal: jardins de inverno ou outras áreas no imóvel que permitam a absorção da água pelo solo e possuam nelas espécies arbóreas ou gramíneas plantadas, bem como árvores na frente dos imóveis.

VIII- telhados verdes, telhados vivos e ou ecotelhados: coberturas de edifícios no qual é plantado vegetação compatível com a impermeabilização e drenagem adequada, e que proporcione melhorias em termos paisagísticos, termo acústico e redução do impacto ambiental.

IX- plantio de gramíneas nos lotes não construídos: terrenos com cobertura vegetal com plantio de gramíneas que proporcione uma melhor absorção e drenagem adequada de águas pluviais, e que proporcione melhorias em termos paisagísticos e ambientais.

Art. 4º O benefício tributário no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para o caso das medidas dispostas no art. 2º desta Lei será concedido nas seguintes proporções

I - 2% para as medidas descritas nos incisos I e II;

Tiago Pirella

II - 3% para a medida descrita no inciso III;

III - 3% para a medida descrita no inciso IV;

IV - 4% para medida descrita no inciso V;

V- 2% para a medida descrita no inciso VI

VI- 2% para a medida descrita no inciso VII

VII- 2% para a medida descrita no inciso VII

VIII – 10% para a medida descrita no inciso IX

Parágrafo único. Os benefícios de que trata este artigo podem ser cumulativos.

Art. 5º Os interessados em obter o benefício tributário devem protocolar o seu pedido e a sua justificativa no órgão competente do Executivo, contendo a medida aplicada em sua edificação ou terreno, devidamente comprovada.

Art. 6º O incentivo fiscal desta Lei apenas será concedido aos contribuintes quites com suas obrigações tributárias para com o Município de Ibitinga.

Art. 7º O benefício será revogado quando o proprietário:

I - inutilizar a medida que levou à concessão do desconto;

II - deixar de pagar uma das parcelas em caso de IPTU parcelado;

III - não fornecer as informações solicitadas pelos órgãos competentes.

Art. 8º O contribuinte que obtiver o desconto referido nesta Lei, receberá selo alusivo ao Programa IPTU VERDE, como colaborador na preservação do meio ambiente.

Art. 9º. No caso do benefício destinado ao imposto predial, este será concedido apenas se o imóvel encontrar regularizado na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibitinga.

Art.10º O benefício do desconto não gera direito adquirido e será anulado de ofício sempre que se apurar que o contribuinte não mais satisfaça as condições anteriores à sua concessão.

Tiago Netto

Art.11º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12º Esta Lei entra em vigor no exercício em que for considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, bem como tiver sido compatibilizada com as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias, revogando-se as disposições em contrário.

Ibitinga, em

h

Trigo Pratto